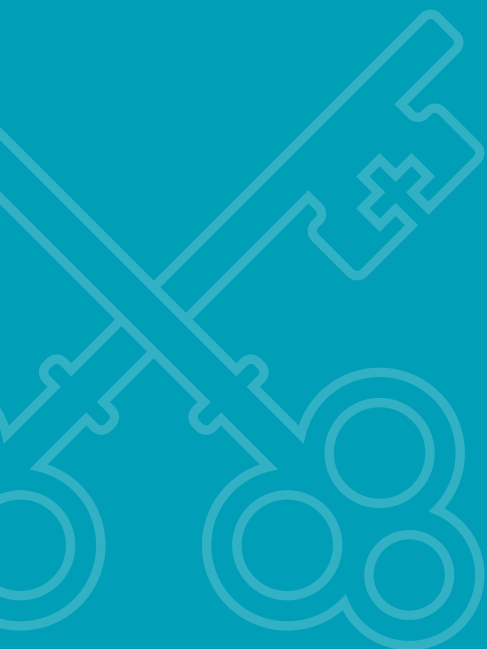


**ORIENTAÇÕES
PASTORAIS SOBRE
AS PESSOAS
DESLOCADAS PELA
CRISE CLIMÁTICA**



**ORIENTAÇÕES PASTORAIS
SOBRE AS PESSOAS DESLOCADAS
PELA CRISE CLIMÁTICA**

**SECÇÃO MIGRANTES E REFUGIADOS
SECTOR DE ECOLOGIA INTEGRAL**

**DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL**

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
ACRÓNIMOS	8
GLOSSÁRIO	10
INTRODUÇÃO	11
1. RECONHECER A RELAÇÃO ENTRE A CRISE CLIMÁTICA E O DESLOCAMENTO	13
2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO E DIFUSÃO	21
3. PROVIDENCIAR ALTERNATIVAS AO DESLOCAMENTO	26
4. PREPARAR AS PESSOAS PARA O DESLOCAMENTO	30
5. FOMENTAR A INCLUSÃO E A INTEGRAÇÃO	33
6. EXERCER UMA INFLUÊNCIA POSITIVA NAS DECISÕES POLÍTICAS	36
7. ALARGAR O CUIDADO PASTORAL	42
8. COOPERAR NUM PLANEAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICOS	46
9. PROMOVER A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ECOLOGIA INTEGRAL	50
10. FOMENTAR A INVESTIGAÇÃO ACADÉMICA SOBRE CCD	53
CONCLUSÃO	56
COMO USAR ESTE DOCUMENTO	58

PREFÁCIO

As Orientações Pastorais sobre as Pessoas Deslocadas pela Crise Climática são um guia repleto de factos, interpretações políticas e propostas relevantes...mas, desde logo, sugiro que adaptemos o famoso "ser ou não ser" de Hamlet e afirmemos: "*Ver ou não ver*, eis a questão!" Tudo começa com a capacidade de ver de cada um, sim, a minha e a vossa.

Somos submergidos por notícias e imagens de povos inteiros desenraizados devido a cataclismos climáticos e forçados a migrar. Mas o efeito que estas histórias produzem em nós e a nossa resposta – causam reações efémeras ou desencadeiam algo mais profundo em nós; parecem remotas ou sentimo-las próximas – dependem da nossa capacidade *de ver* o sofrimento contido em cada história, a fim de "tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar" (*Laudato si'* 19).

O facto de as pessoas se deslocarem porque o seu habitat local se tornou inabitável, pode parecer um processo natural, algo inevitável. No entanto, a deterioração climática resulta muito frequentemente de escolhas erradas e atividade destrutiva, egoísmo e negligência que colocam a humanidade em conflito com a criação, a nossa casa comum.

Ao contrário da pandemia, que nos atingiu subitamente, sem aviso, quase em toda a parte e afetando todos em simultâneo, a crise climática tem vindo a manifestar-se desde a Revolução Industrial. Durante muito tempo a sua evolução foi muito lenta, a ponto de ser praticamente impercetível, exceto para alguns espíritos clarividentes. Mesmo agora o seu impacto não é uniforme: as alterações climáticas ocorrem em toda a parte, mas o maior efeito é sentido pelos que menos contribuíram para elas.

Contudo, à semelhança da crise de COVID-19, os números impressionantes e crescentes de deslocados pela crise climática estão rapidamente a tornar-se uma emergência grave do nosso tempo, visível quase diariamente nos nossos ecrãs e exigindo respostas globais.

Neste ponto, vêm-me à mente as palavras de Deus falando através do profeta Isaías, ligeiramente atualizadas: *Vinde agora, entendamo-nos. Se estiverdes preparados para ouvir, poderemos ainda ter um grande futuro. Mas se vos recusardes a ouvir, sereis devorados pelo calor e a poluição, por secas e inundações* (cf. Isaías 1,18-20).

Quando olhamos à volta, o que vemos? Muitos estão a ser devorados em condições que tornam impossível a sobrevivência. Forçadas a abandonar campos e zonas costeiras, casas e aldeias, as pessoas fogem à pressa, levando consigo apenas algumas lembranças e tesouros, fragmentos da sua cultura e património. Partem com a esperança de recomeçar as suas vidas num local seguro. Mas na maioria dos casos acabam em favelas perigosamente sobrepovoadas ou em alojamentos precários, à mercê do destino.

As pessoas expulsas dos seus lares pela crise climática necessitam de ser acolhidas, protegidas, promovidas e integradas. Elas querem recomeçar. Para criar um novo futuro para os seus filhos, precisam de ter condições e ser ajudadas. Acolher, proteger, promover e integrar são verbos que implicam uma ação útil. Retiremos, uma a uma, as barreiras que bloqueiam o caminho dos deslocados, o que os reprime e marginaliza, os impede de trabalhar e ir à escola, tudo o que os torna invisíveis e nega a sua dignidade.

As Orientações Pastorais sobre as Pessoas Deslocadas pela Crise Climática exigem um novo olhar sobre este drama do nosso tempo. Incentivam-nos a *ver* a tragédia do desenraizamento prolongado que, ano após ano, leva os nossos irmãos e irmãs a gritar: "Não podemos regressar e não podemos começar de novo". Convidam-nos a tomar consciência da indiferença das sociedades e governos para com esta tragédia. Pedem-nos para *ver* e cuidar. Convidam a Igreja e outros participantes a agir em conjunto e especificam o modo de o fazer.

É este o trabalho que o Senhor nos pede agora e nele há muita alegria. Não vamos superar crises como as alterações climáticas ou a COVID-19 refugiando-nos no individualismo, mas apenas com o esforço de "muitos em conjunto", através do encontro, do diálogo e da cooperação. Enche-me assim de grande alegria o facto de estas *Orientações Pastorais sobre as Pessoas Deslocadas pela Crise Climática* terem sido elaboradas sob a égide do Dicastério para o

Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, juntamente pela Secção Migrantes e Refugiados e pelo Sector de Ecologia Integral. Esta colaboração é, em si mesma, um sinal do caminho a seguir.

Ver ou não ver é a questão que nos conduz à resposta numa ação conjunta. Estas páginas mostram-nos o que é preciso e, com a ajuda de Deus, o que fazer.

Franciscus

ACRÓNIMOS

ACR: Conselho Pontifício *Cor Unum* e Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, *Acolher Cristo nos Refugiados e nas Pessoas Deslocadas à Força*, Cidade do Vaticano 2013

CA: João Paulo II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, Cidade do Vaticano 1991

CCD: Crise Climática e Deslocamento

CIV: Bento XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, Cidade do Vaticano 2009

CV: Francisco, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Christus Vivit*, Cidade do Vaticano 2019

EG: Francisco, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Cidade do Vaticano 2013

EMCC: Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, *Erga migrantes caritas Christi*, Cidade do Vaticano 2004

FT: Francisco, Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, Cidade do Vaticano 2020

LS: Francisco, Carta Encíclica *Laudato Si'*, Cidade do Vaticano 2015

M&R: Secção Migrantes e Refugiados do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral

OPPDCC: Secção Migrantes e Refugiados, *Orientações Pastorais sobre as Pessoas Deslocadas pela Crise Climática*, Cidade do Vaticano 2021

OPPDI: Secção Migrantes e Refugiados, *Orientações Pastorais sobre as Pessoas Deslocadas Internamente*, Cidade do Vaticano 2020

PDCC: Pessoas Deslocadas pela Crise Climática

PDI: Pessoas Deslocadas Internamente

QA: Francisco, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Querida Amazônia*, Cidade do Vaticano 2020

RDS: Conselho Pontifício *Cor Unum* e Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, *Os Refugiados: um Desafio à Solidariedade*, Cidade do Vaticano 1992

VG: Francisco, Constituição Apostólica *Veritatis Gaudium*, Cidade do Vaticano 2017

GLOSSÁRIO

Igreja Católica neste documento significa e inclui a liderança oficial da Igreja, os Bispos e as Conferências Episcopais, padres, irmãs e irmãos na vida religiosa, dirigentes e colaboradores de organizações humanitárias e caritativas de inspiração católica centradas na migração e todos os membros da Igreja Católica.

Crise climática é um termo cada vez mais utilizado para transmitir um maior sentimento de emergência sobre a atual fase das alterações climáticas causadas pelas atividades humanas e a urgência em lhes dar resposta para evitar consequências desastrosas.

Pessoas Deslocadas pela Crise Climática (PDCC) são indivíduos ou grupos de pessoas forçados a abandonarem o seu local de residência habitual devido à crise climática aguda. O deslocamento pode ser motivado por *fenômenos repentinos*, principalmente eventos meteorológicos extremos como inundações, tempestades, secas e incêndios florestais; ou por *processos de evolução lenta*, como a desertificação, esgotamento de recursos naturais, escassez de água, aumento da temperatura e subida do nível do mar. No caso de fenômenos naturais, como eventos meteorológicos extremos, o regresso das vítimas deslocadas poderá eventualmente ser viável. No entanto, para a maioria, o deslocamento será permanente no caso de catástrofes naturais graves e perante processos de longo prazo como a subida do nível do mar. O deslocamento pode ocorrer no interior de um país ou através das fronteiras internacionais.

Resiliência climática é a capacidade de preparação, adaptação e resposta a fenômenos e tendências relacionados com o clima. A promoção da resiliência climática implica compreender o modo como a crise climática produz novos riscos e adotar medidas que permitam enfrentar mais eficazmente esses riscos.

Deslocamento é a situação em que as pessoas são forçadas a deixar o local onde normalmente vivem e a dirigirem-se para outro local, dentro ou fora do seu país.

INTRODUÇÃO

Recentemente, a comunidade internacional reconheceu a magnitude da crise climática e desenvolveu esforços significativos para mitigar o seu impacto através de vários acordos. A Igreja Católica reconhece e aprecia estes esforços visando criar estruturas jurídicas, recolher dados e efetuar análises rigorosas sobre as consequências da crise climática, bem como o envolvimento de muitos intervenientes da sociedade civil - nomeadamente jovens - no sentido de dar resposta a este desafio.

A crise climática tem uma "face humana", que é já uma realidade para inúmeras pessoas de todo o mundo, especialmente para os mais vulneráveis. A Igreja Católica tem um cuidado maternal para com todos aqueles que foram deslocados pelos efeitos climáticos. Esta situação específica de vulnerabilidade constitui a *raison d'être* do presente documento.

O magistério da Igreja Católica já abordou a condição das pessoas deslocadas internamente, juntamente com outras categorias de migrantes e tem contribuído com reflexões e instruções referentes ao seu cuidado pastoral refletidas nomeadamente na Carta Encíclica *Laudato Si'*. As *Orientações Pastorais sobre as Pessoas Deslocadas pela Crise Climática* (OPPDCC) centra-se exclusivamente nestas pessoas (PDCC), destacando os novos desafios colocados pelo atual cenário global e sugerindo respostas pastorais apropriadas. O principal objetivo das presentes orientações consiste em apresentar algumas considerações importantes que podem ser úteis para as Conferências Episcopais, igrejas locais, congregações religiosas, organizações católicas, agentes pastorais católicos e todos os fiéis católicos no planeamento pastoral e desenvolvimento de programas para assistência eficaz às PDCC.

As OPPDCC inspiram-se profundamente na reflexão e ensinamentos da Igreja e na sua experiência prática a atender às necessidades das PDCC, tanto nos seus países de origem como no exterior. As PDCC são migrantes e o presente documento baseia-se nestes documentos magisteriais, em particular os referentes aos migrantes, que podem igualmente ser aplicados às PDCC. As OPPDCC inspiram-se também na longa experiência prática de muitas organizações católicas que trabalham no ter-

INTRODUÇÃO

reno e nas observações de representantes das Conferências Episcopais. Embora aprovadas pelo Santo Padre, as OPPDCC não pretendem esgotar os ensinamentos da Igreja sobre a crise climática e o deslocamento.

As OPPDCC destacam dez desafios no quadro do deslocamento motivado pelas alterações climáticas e das suas vítimas. Estes desafios e as respostas sugeridas pela Igreja Católica constituem balizas para um roteiro do planeamento pastoral a elaborar para as PDCC e, com o presente documento, tornam a solicitude pastoral do Papa extensiva a estas pessoas. Este documento inclui também um capítulo que aborda a cooperação e o trabalho de equipa, que são essenciais para o sucesso dos projetos e para a prestação de um serviço eficaz e eficiente às PDCC.

1. RECONHECER A RELAÇÃO ENTRE A CRISE CLIMÁTICA E O DESLOCAMENTO

[Os marinheiros] lançaram a sonda e encontraram vinte braças; um pouco mais adiante, lançaram-na outra vez e encontraram quinze. Receando que fossemos bater em qualquer ponto, contra os recifes, lançaram da popa quatro âncoras e ficaram, impacientemente, à espera do dia. [...] Os nativos trataram-nos com invulgar humanidade, pois acenderam uma grande fogueira junto à qual nos recolheram a todos, por causa da chuva que estava a cair e por causa do frio (Atos, 27, 28-29, 28, 1-2).

Continuam a ocorrer tempestades terríveis, furacões violentos e ciclones devastadores, cuja frequência e intensidade aumentam à medida que a crise climática se agrava. Observamos um número crescente de pessoas deslocadas devido aos impactos destrutivos da crise climática e outras manifestações da crise ecológica. As vidas e lares de tantos dos nossos irmãos e irmãs de todo o mundo encontram-se, de facto, destruídos e muitos são forçados a abandonar a sua terra natal em busca de segurança e proteção.

Nós, cristãos, acreditamos que mesmo as noites mais negras podem ser iluminadas com amor e cuidado. Os malteses ofereceram um acolhimento particularmente bondoso a S. Paulo e aos seus companheiros naufragados. Os sem-abrigo encontraram um lar onde foram recebidos de braços abertos, alimentados e protegidos. Foi acesa uma fogueira – uma 'lareira' – criando uma atmosfera familiar de calor e bem-estar contra o frio da indiferença.

A CRISE CLIMÁTICA

Um dos fatores que tornam o planeta Terra um lugar ímpar para a vida é o seu sistema climático único. No entanto, após mais de 10.000 anos de relativa estabilidade—o histórico da civilização humana—o clima do nosso planeta está a mudar rapidamente em consequência das atividades humanas.

A temperatura média da Terra aumentou cerca de 1,1 graus Celsius desde os tempos pré-industriais, causando “profundas alterações aos sistemas humanos e naturais, incluindo o aumento de secas, inundações e outros tipos de eventos climáticos extremos; e perda de biodiversidade”¹. A taxa atual de aquecimento é mais rápida do que em qualquer outra altura nos 65 milhões de anos anteriores.

Encontramo-nos já numa crise climática, em rápida aceleração. Em novembro de 2019, 11.000 cientistas reuniram-se para declarar “uma emergência climática”², uma preocupação reiterada pelo Papa Francisco na sua *Mensagem para o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação*, a 1 de setembro de 2020, na qual declarou que “encontramo-nos numa urgência climática” e “estamos a ficar sem tempo”³.

A “FACE HUMANA” DA CRISE

A crise climática não é uma ameaça futura abstrata. Um aumento da temperatura de apenas 1°C acima dos níveis da era industrial está já a causar um sofrimento incalculável a milhões dos nossos irmãos e irmãs em todo o mundo, já para não falar do perigo para os ecossistemas e o restante bioma.

¹ Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), *Aquecimento Global de 1,5°C. Relatório Especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e vias de emissão globais de gases com efeito de estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança climática, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza*, Genebra 2018, Capítulo 1.

² Cf. BioScience 70/1, 2020.

³ Francisco, *Mensagem para a Celebração do Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação*, Cidade do Vaticano 2020.

1. RECONHECER A RELAÇÃO ENTRE A CRISE CLIMÁTICA E O DESLOCAMENTO

Como o Papa Francisco corretamente reconheceu "é evidente a ligação entre fragilidade ambiental, insegurança alimentar e movimentos migratórios"⁴. A crise climática ameaça também direitos humanos fundamentais como o direito à vida, o acesso adequado a água e alimentos, habitação (ou abrigo) condignos e saúde.

São as comunidades pobres e vulneráveis do mundo inteiro quem mais sofre com as crises ecológica e climática. São os inocentes que, à partida, menos contribuíram para a origem do problema. Esta é uma questão profundamente moral que exige ecojustiça. Afinal, a terra foi destinada a ser uma casa comum onde todos têm o direito de viver e prosperar. Adquirem aqui pleno sentido as palavras proféticas de S. João Paulo II reiteradas pelo Papa Francisco em *Fratelli Tutti*: "Deus deu a terra a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém"⁵.

O esgotamento dos recursos naturais básicos produzidos pela terra e, nomeadamente a água, pode causar o deslocamento temporário ou permanente de famílias e comunidades. "O acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos"⁶. A escassez de água é um problema em muitas regiões do mundo, mas "especialmente na África, onde grandes sectores da população não têm acesso a água potável segura, ou sofrem secas que tornam difícil a produção de alimentos. Nalguns países, há regiões com abundância de água, enquanto outras sofrem de grave escassez"⁷.

A crise tem impactos desproporcionados em grupos vulneráveis como as crianças, mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e habitantes de zonas rurais. Algumas das regiões geográficas críticas que serão mais afetadas pela crise climática são zonas deltaicas densamente povoadas como o Ganges (Bangladesh, em particular), o Mekong e o Nilo, os países do Sahel, no Norte de África, os pequenos Estados Insulares, países da América Central particularmente vulneráveis a furacões, e outras regiões costeiras e de baixa altitude.

4 Francisco, *Discurso aos Participantes na 4ª Conferência Geral da FAO*, Cidade do Vaticano 2019.

5 CA, 31.

6 LS, 30.

7 LS, 28.

A CRISE CLIMÁTICA COMO FATOR DE DESLOCAMENTO

A crise climática pode ser fator de deslocamento quando as casas se tornam inabitáveis ou os meios de sobrevivência desaparecem. O deslocamento pode ser motivado por *fenômenos repentinos*, principalmente eventos meteorológicos extremos como inundações, tempestades, secas e incêndios florestais; ou por *processos de evolução lenta*, como a desertificação, esgotamento de recursos naturais, escassez de água, aumento da temperatura e subida do nível do mar. Convém também ter presente que o deslocamento pode ter múltiplas causas.

A crise climática está já a causar e exacerbar movimentações de pessoas devido a catástrofes naturais de curto e longo prazo. Só em 2019, os deslocados recentes superavam 33 milhões (elevando o número total para perto de 51 milhões, o número mais alto de sempre) e destes, 8,5 milhões em consequência de conflitos e violência e 24,9 milhões devido a desastres naturais⁸. Na primeira metade de 2020, registaram-se 14,6 milhões de novos deslocamentos; 9,8 milhões em resultado de desastres naturais e 4,8 milhões relacionados com conflitos e violência⁹. Calcula-se que entre 2008 e 2018, mais de 253,7 milhões de pessoas foram deslocadas devido a catástrofes naturais¹⁰, as quais foram responsáveis pelo deslocamento de 3 a 10 vezes mais pessoas do que os conflitos armados no mundo inteiro, dependendo da região em causa.

A crise climática é também uma causa de conflito mundial, que pode constituir mais um fator de deslocamento. Onexo é real, embora nem sempre direto. Em certas situações, a crise climática leva ao esgotamento de recursos naturais que, por sua vez, podem despoletar conflitos entre comunidades e nações pela posse dos mesmos. As alterações climáticas podem ser encaradas como um fator multiplicador de ameaças, intensificando os conflitos existentes nas zonas em que os recursos são escassos. Como adverte o Papa Francisco na *Laudato Si'*, "é previsível

⁸ Cf. Internal Displacement Monitoring Centre, *Global Report on Internal Displacement (GRID) 2019*, Genebra, 2019, 48. O IDMC é a principal fonte de informação e análise nesta área com o seu GRID anual <https://www.internal-displacement.org>. O IDMC faz parte do Conselho de Refugiados Norueguês www.nrc.no

⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁰ Cf. *Ibidem*.

1. RECONHECER A RELAÇÃO ENTRE A CRISE CLIMÁTICA E O DESLOCAMENTO

que, perante o esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações"¹¹.

Infelizmente, formas assimétricas de desenvolvimento podem também contribuir para o aumento da pobreza e deslocamento. Como S. Paulo VI chamou a atenção há quase um século, "de um momento para outro, o homem toma consciência de que por motivo da exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação"¹². Os nossos próprios modelos económicos distorcidos contribuem para esta situação. "Há regras económicas que foram eficazes para o crescimento, mas não de igual modo para o desenvolvimento humano integral"¹³. Aumentou a riqueza, mas sem equidade, e assim "nascem novas pobreza"¹⁴.

No caso de fenómenos naturais, como eventos meteorológicos extremos, o regresso das vítimas deslocadas poderá eventualmente ser viável. No entanto, para a maioria, o deslocamento será permanente no caso de catástrofes naturais graves e perante processos de longo prazo como a subida do nível do mar.

O aquecimento global leva a uma subida continuada do nível do mar, ameaçando cidades e zonas agrícolas e de pastagem em todo o mundo. Em termos gerais, cerca de 145 milhões de pessoas vivem no raio de um metro acima do atual nível do mar e quase dois terços das cidades mundiais, com populações superiores a cinco milhões, situam-se em áreas de risco de subida do nível do mar. Quase 40% da população mundial vive a uma distância de 100 km de uma costa¹⁵.

Face a estas complexas realidades e independentemente das circunstâncias, os mais vulneráveis podem nem sequer ser capazes de mudar para outro local, devido à pobreza ou outras razões. É crucial dar resposta a populações imóveis ou sem capacidade para percorrer grandes distâncias.

¹¹ LS, 57.

¹² S. Paulo VI, Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*, Cidade do Vaticano 1971

¹³ Cf. S. Paulo VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio*, Cidade do Vaticano 1967: AAS 59 (1967), 264.

¹⁴ FT, 21.

¹⁵ Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, *Factsheet: People and Oceans*, 2017, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/05/Ocean-factsheet-package.pdf>.

O DESLOCAMENTO CAUSADO PELA CRISE CLIMÁTICA

O aquecimento incontrolado agita o espectro de um deslocamento humano maciço. Com um aquecimento de 1,5°C, prevê-se uma subida do nível global do mar de cerca de 0,77 metros até 2100¹⁶. Esta subida será muito superior em cenários de maior aquecimento. A manter-se a atual tendência de um aquecimento de 3-4°C até 2100, é cada vez mais provável o colapso de grandes glaciares da Antártica e da Gronelândia, causando um rápido aumento do nível do mar¹⁷.

Teme-se que a subida prevista do nível do mar cause uma deslocação e migração globais sem precedentes. Algumas áreas como ilhas de baixa altitude e atóis tornar-se-ão completamente inabitáveis. "Mesmo nos cenários mais otimistas, estima-se que em 2060 entre 316 e 411 milhões de pessoas serão afetadas por tempestades e inundações costeiras"¹⁸.

Prever o número eventual de futuros deslocados revela-se um exercício complexo, devido aos múltiplos fatores que influenciam a migração e à dificuldade em diferenciar os motivos subjacentes à mobilidade humana. De acordo com um Relatório do Banco Mundial de 2018¹⁹ sobre a África Subsaariana, Ásia do Sul e América Latina, em 2050, entre 31 e 143 milhões de pessoas (cerca de 2,8% da população mundial) podem necessitar de migrar no interior do seu próprio país devido à crise climática. O mesmo relatório aponta para que, em 2050, 50% da população do Sul da Ásia irá residir em áreas que se prevê serem pontos críticos, de moderados a graves, de catástrofes relacionadas com o clima.

16 Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, Relatório Especial sobre 1,5°C (2018), Capítulo 3.

17 Ibidem.

18 B. Neumann et al., *Future Coastal Population Growth and Exposure to Sea-Level Rise and Coastal Flooding: A Global Assessment*, PLoS One 10, nº 3, Março 2015.

19 Cf. World Bank, *Groundswell. Preparing for Internal Climate Migration*, World Bank Group, 2018.

RESPONDER AO DESLOCAMENTO PROVOCADO PELO CLIMA

O deslocamento de um número significativo de pessoas acarreta uma série de questões sociais, políticas e humanitárias, especialmente quando os destinos de acolhimento carecem de recursos e capacidade para gerir deslocamentos em larga escala²⁰.

A proteção internacional ao deslocamento provocado pelo clima é limitada, fragmentária e nem sempre legalmente vinculativa. Em particular, as PDCC nem sempre se encontram definidas como uma categoria beneficiária de proteção e não estão explicitamente reconhecidas pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Existe, assim, uma lacuna em termos de proteção para as PDCC, quer no interior do seu país, quer no exterior, atravessando fronteiras internacionais. No entanto, independentemente do estatuto jurídico destas pessoas, todos os Estados são obrigados a proteger os seus direitos humanos fundamentais. Mais, de acordo com a legislação internacional existente e as normas humanitárias, todas as PDCC merecem um cuidado e assistência adequados.

A Igreja Católica já presta assistência a estas pessoas afetadas e continuará a fazê-lo. Em 2018, o emblemático *Relatório do Painel Intergovernamental Sobre Alterações Climáticas* advertia que o mundo tem de trabalhar para atingir transições de baixo carbono “rápidas e de longo alcance” nos setores da agricultura, energia, indústria, edifícios, transportes e cidades para limitar o aquecimento global ao limiar crítico de 1,5°C. Precisamos de intensificar os nossos esforços coletivos no sentido de promover as energias renováveis e ecológicas, a reflorestação, a agricultura sustentável e uma economia circular, travando simultaneamente a desflorestação e a degradação dos ecossistemas, com especial destaque para as soluções naturais. Precisamos de projetos nos países em desenvolvimento inspirados na proteção ambiental; precisamos de alternativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

A Igreja Católica está preocupada com estes desafios e com o impacto da crise climática na dignidade dos seres humanos. Em colaboração com os governos, outras confissões cristãs, outras tradições religiosas

²⁰ Cf. Suárez-Orozco, M. (ed.), *Humanitarianism and Mass Migration: Confronting the World Crisis*, 1st ed., University of California Press, 2019.

1. RECONHECER A RELAÇÃO ENTRE A CRISE CLIMÁTICA E O DESLOCAMENTO

e as pessoas de boa vontade, a Igreja procura responder a estes desafios. Como o Papa Bento XVI questionou em 2010: “Como descurar o fenómeno crescente dos chamados “prófugos ambientais”, ou seja, pessoas que, por causa da degradação do ambiente onde vivem, se veem obrigadas a abandoná-lo – deixando lá muitas vezes também os seus bens – tendo de enfrentar os perigos e as incógnitas de uma deslocação forçada?”²¹.

Atualmente, a resposta ao desafio das PDCC é parte integrante e central da missão de uma Igreja credível e testemunhante, uma comunidade eclesial assistencial e inclusiva.

21 Bento XVI, *Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz*, Cidade do Vaticano 2009.

2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO E DIFUSÃO

Uma coisa sei: eu era cego e agora vejo (João 9,25).

Promover a sensibilização fará abrir os olhos das pessoas para as realidades do impacto da crise climática na existência humana. A cegueira em relação a estes problemas é generalizada e tem múltiplas causas: a) pura ignorância; b) indiferença e egoísmo perante fenômenos que põem em perigo o bem comum; c) negação propositada da realidade para proteger interesses adquiridos; d) incompreensão.

Deus dá os meios para ver, mas os seres humanos têm de querer passar da cegueira para o conhecimento.

DESAFIO

Muitas atitudes prevalentes se opõem à decisão de encarar eficazmente os desafios das PDCC, entre as quais salientamos: negação, indiferença geral e resignação passiva, bem como uma inoportuna confiança excessiva nas soluções técnicas. Há que continuar a evitar a falsa polarização entre o cuidado da criação, por um lado, e o desenvolvimento e a economia, por outro.

Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. [...] Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com fre-

2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO E DIFUSÃO

quência, frustrados [...] por várias razões] que vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas²².

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a promover uma conversão ecológica integral em relação à CCD, com pleno respeito pelo ambiente e o desenvolvimento humano.

Com razão, surgiu a necessidade de uma relação renovada e saudável entre a humanidade e a criação, a convicção de que apenas uma visão do homem autêntica e integral nos permitirá cuidar melhor do nosso planeta para o benefício das gerações presentes e futuras, pois "não há ecologia sem uma adequada antropologia" (LS, 118)²³.

Isto pode ser conseguido através de um planeamento estratégico e de longo prazo que inclua ações como as seguintes:

- Campanhas de informação, salientando a gravidade da CCD e centradas na "face humana" da crise e na necessidade de uma ação urgente.

Não haverá uma ecologia sã e sustentável, capaz de transformar seja o que for, se não mudarem as pessoas, se não forem incentivadas a adotar outro estilo de vida, menos voraz, mais sereno, mais respeitador, menos ansioso, mais fraterno²⁴.

²² LS, 14.

²³ Francisco, *Mensagem para a Celebração do Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação*, Cidade do Vaticano 2018.

²⁴ QA, 58.

- Sensibilizar a Igreja e a comunidade para o modo como o nosso estilo de vida moderno de consumo conspicuo contribui para a crise climática e fomentar um sentimento de responsabilidade conducente a uma mudança ou adaptação do estilo de vida.

As modalidades com que o homem trata o ambiente influem sobre as modalidades com que se trata a si mesmo, e vice-versa. Isto chama a sociedade atual a uma séria revisão do seu estilo de vida que, em muitas partes do mundo, pende para o hedonismo e o consumismo, sem olhar aos danos que daí derivam. [...] É necessária uma real mudança de mentalidade que nos induza a adotar novos estilos de vida²⁵.

- Desenvolver programas educativos direcionados sobretudo para paróquias e escolas católicas, visando a promoção de atitudes responsáveis sobre comportamentos e estilos de vida pessoais.

A grande ecologia sempre inclui um aspeto educativo, que provoca o desenvolvimento de novos hábitos nas pessoas e nos grupos humanos²⁶.

- Melhorar a coordenação entre as agências eclesiais (a nível local e internacional) e reconhecer a crise climática como causa de migração.
- Divulgar os documentos essenciais da Igreja, incluindo os ensinamentos centrais da *Laudato Si'*: a) economia sustentável e centrada no ser humano; b) unidade e santidade de toda a Criação; c) obrigação da humanidade de praticar uma gestão responsável da nossa casa comum.
- Partilhar as melhores práticas de conversão ecológica integral para dar um testemunho concreto do compromisso da Igreja e aumentar a sua visibilidade. Utilizar estudos de casos de todo o mundo, a

²⁵ CIV, 51.

²⁶ QA, 58.

2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO E DIFUSÃO

fim de ajudar as pessoas a compreenderem como as lutas podem afetar as vidas humanas e o acesso a meios de subsistência.

- Promover iniciativas concretas visando a eliminação de disfuncionalidades sistêmicas e institucionais na economia global que afetam a CCD.

Com efeito, a paz real e duradoura é possível só a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação ao serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira²⁷.

- Promover o diálogo ecumênico e inter-religioso e redes para a coordenação destes esforços.

Uma atitude de diálogo aberto, reconhecendo também a multiplicidade de interlocutores: os povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e afrodescendentes (quilombolas), as demais Igrejas cristãs e confissões religiosas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais populares, o Estado, enfim todas as pessoas de boa vontade que buscam a defesa da vida, a integridade da criação, a paz e o bem comum²⁸.

- Estabelecer uma estratégia de comunicação mais alargada e consistente que utilize plenamente os mídias sociais e digitais.

O número sempre crescente de ligações e comunicações que envolvem o nosso planeta torna mais palpável a consciência da unidade e partilha dum destino comum entre as nações da terra²⁹.

²⁷ FT, 127.

²⁸ Assembleia Especial do Sinodo dos Bispos para a Região Pan-amazônica, *Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral*, Cidade do Vaticano 2019, 23.

²⁹ Francisco, *Mensagem para a Celebração do XLVII Dia Mundial da Paz*, Cidade do Vaticano 2013.

2. PROMOVER A SENSIBILIZAÇÃO E DIFUSÃO

- Envolver os jovens como protagonistas nestes esforços e encorajar atitudes e estilos de vida cristãos que enfatizem não só o futuro, mas também o eterno, ou seja, o tipo de condições ambientais que as pessoas irão deixar aos seus filhos e netos e o tratar a criação como um dom de Deus.

Não devemos impor às gerações futuras o fardo de assumir os problemas provocados pelas gerações precedentes. Ao contrário, devemos dar-lhes a oportunidade de recordar a nossa geração como aquela que renovou e agiu [...] sobre a necessidade fundamental de colaborar para preservar e cultivar a nossa casa comum. Que possamos oferecer à próxima geração motivos de esperança e de trabalho para um futuro bom e digno!³⁰

- Colher a experiência das populações locais, comunidades indígenas e outros recursos humanos para buscar soluções enraizadas numa ecologia integral, à luz da Doutrina Social da Igreja.

E isto exige escutar, reconhecer e respeitar as pessoas e os povos locais como válidos interlocutores. Estes mantêm uma ligação direta com o território, conhecem os seus tempos e processos e, por conseguinte, sabem os efeitos catastróficos que, em nome do progresso, provocam muitas iniciativas³¹.

³⁰ Francisco, *Mensagem aos Participantes na Conferência das NU sobre o Clima*, Cidade do Vaticano 2019.

³¹ Francisco, *Discurso às Autoridades, Sociedade Civil e Corpo Diplomático em Lima*, Peru 2018.

3. PROVIDENCIAR ALTERNATIVAS AO DESLOCAMENTO

Essas provisões serão um recurso para o país durante os sete anos de fome que vão chegar ao Egito, a fim de que o país não pereça pela fome (Gênesis 41,36).

São possíveis alternativas viáveis ao deslocamento quando os governos, líderes, instituições e organizações estão atentos e têm verdadeiramente em conta os melhores interesses e preocupações do seu povo, nomeadamente os mais vulneráveis. Os 'anos magros' são sempre uma possibilidade, mas Deus pode dar-nos sabedoria para encontrar formas criativas e sustentáveis de aliviar o sofrimento e alternativas ao trauma do deslocamento.

DESAFIO

Na maioria dos casos, o deslocamento resulta da ausência de modos de vida alternativos. Por vezes, as pessoas deslocam-se porque estão convencidas de que a sobrevivência é – ou será em breve – impossível no seu local de origem, inclusivamente durante as crises climáticas.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a promover a resiliência das pessoas afetadas pela crise climática e a colaborar na busca de alternativas ao deslocamento que defendam o direito à vida, o que inclui a possibilidade

3. PROVIDENCIAR ALTERNATIVAS AO DESLOCAMENTO

de viver uma vida digna, em paz e segurança.³² Ninguém deveria ser forçado a abandonar a sua terra natal.

Não há alienação pior do que experimentar que não se tem raízes, não se pertence a ninguém. Uma terra será fecunda, um povo dará frutos e será capaz de gerar o amanhã apenas na medida em que dá vida a relações de pertença entre os seus membros, na medida em que cria laços de integração entre as gerações e as diferentes comunidades que o compõem e ainda na medida em que quebra as espirais que obscurecem os sentidos, afastando-nos sempre uns dos outros³³.

O desenvolvimento desta 'resiliência e adaptação climáticas' exige abordagens multifacetadas e o envolvimento de todos os intervenientes. A Igreja Católica pode colaborar com diversas ações do tipo que se segue:

- Divulgar atempadamente informação correta e fiável sobre a crise climática e riscos inerentes que afetam territórios específicos e os seus residentes. Garantir a utilização de conhecimentos tradicionais, autóctones e locais para complementar o conhecimento científico, na avaliação dos riscos de catástrofes e no desenvolvimento e implementação de políticas, estratégias e planos adaptados a sectores, localidades e contextos específicos, de acordo com uma abordagem transversal.

Não se trata de impor, do alto, programas assistenciais, mas de percorrer unidos um caminho³⁴.

- Promover a adaptação *in situ* para evitar o deslocamento, fomentando a manutenção ou recuperação de formas tradicionais ou autóctones relevantes de relacionamento com a terra, a natureza e um modo de vida sustentável no Planeta.

³² Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

³³ Francisco, *Discurso no Encontro com as Autoridades, a Sociedade Civil e o Corpo Diplomático em Tallinn, Estónia 2018*.

³⁴ FT, 129.

3. PROVIDENCIAR ALTERNATIVAS AO DESLOCAMENTO

Afligenos ver as terras indígenas expropriadas e sua cultura calcada por esquemas predatórios e novas formas de colonialismo, que são alimentados pela cultura do desperdício e do consumismo³⁵.

- Favorecer programas de desenvolvimento criativos e ecológicos direcionados para o apoio a pessoas em risco de deslocamento e proteger e reforçar meios de subsistência alternativos, como agroecologia, conservação comunitária, educação, ecoturismo e a utilização sustentável do solo e da água.

Podem-se encontrar alternativas de pecuária e agricultura sustentáveis, de energias que não poluem, de fontes dignas de trabalho que não impliquem a destruição do meio ambiente e das culturas³⁶.

- Promover o investimento pertinente, ético e sustentável em infraestruturas, habitação segura e diversificação dos meios de subsistência, a fim de potenciar a resiliência e capacidade adaptativa das pessoas em risco de deslocamento.

Unidos para defender a esperança significa fomentar e desenvolver uma ecologia integral como alternativa a um modelo de progresso já ultrapassado [mas que] continua a produzir degradação humana, social e ambiental³⁷.

- Estabelecer relações de solidariedade e redes de segurança capazes de garantir a proteção social das pessoas em risco de deslocamento.

³⁵ CCEE, FABC, FCBCO, COMECE, SECAM, *Declaração Conjunta de 2018 das Conferências Episcopais sobre a Justiça Climática*, Roma 2018.

³⁶ QA, 17.

³⁷ Francisco, *Discurso no Encontro com as Autoridades, a Sociedade Civil e o Corpo Diplomático em Lima*, Peru 2018.

3. PROVIDENCIAR ALTERNATIVAS AO DESLOCAMENTO

- Desenvolver o empoderamento inclusivo das pessoas em risco de deslocamento, prestando especial atenção aos jovens e aos mais vulneráveis.

***Interessados no caso são não só os países atravessados pelos fluxos migratórios e os de destinação final, mas também os governos e as Igrejas dos Estados de origem dos migrantes, que veem depauperado o seu futuro com a partida de tantos jovens*³⁸.**

- Promover e colaborar na coordenação de sistemas de migração planeados e voluntários para populações em risco, a fim de assegurar uma gestão eficaz da sua reintegração ao longo de um período de tempo.
- Trabalhar para garantir, na medida do possível, que os indivíduos continuem a permanecer nos seus lares em condições de dignidade, mitigando fatores de pressão como conflitos e devastações naturais causadas pela crise climática.

***O ideal seria, sem dúvida, tornar desnecessárias as migrações e, para isso, o caminho é criar reais possibilidades de viver e crescer com dignidade nos países de origem, a fim de se poderem encontrar lá as condições para o próprio desenvolvimento integral. Mas enquanto não houver sérios progressos nesta linha, é nosso dever respeitar o direito que tem todo o ser humano de encontrar um lugar onde possa não apenas satisfazer as necessidades básicas dele e da sua família, mas também realizar-se plenamente como pessoa*³⁹.**

³⁸ Francisco, *Discurso aos Bispos do Mediterrâneo*, Bari 2020.

³⁹ FT, 129.

4. PREPARAR AS PESSOAS PARA O DESLOCAMENTO

Constrói uma arca de madeiras resinosas. Dividi-la-ás em compartimentos e calafetá-la-ás com betume por fora e por dentro (Gênesis 6,14).

As pessoas para quem o deslocamento não é uma decisão voluntária têm de encarar esta realidade com coragem e fé, confiando no acompanhamento e apoio de Deus, sem cair numa aceitação fatalista de ausência de esperança. Deus, através da solicitude da Igreja e de muitas pessoas de boa vontade, oferece a possibilidade de cada um se preparar para enfrentar o desafio do deslocamento.

DESAFIO

Quando o deslocamento é realmente a única opção, as decisões sobre quando e como partir são frequentemente motivadas pela urgência, ou baseadas em informação dúbia ou perceções incorretas. Além disso, a maioria das pessoas forçadas a deslocar-se raramente está preparada para enfrentar as dificuldades da situação, quer se trate de fugir, de encontrar abrigo, ou de se adaptar à nova situação num novo local.

RESPOSTA

Quando o deslocamento climático é uma possibilidade, a Igreja Católica é chamada a empenhar-se proativamente na preparação das pessoas para essa situação, através de uma informação credível e certificada. Isso pode ajudá-las nas suas decisões migratórias antes da partida e aumentar a sua preparação através do empoderamento pessoal e co-

4. PREPARAR AS PESSOAS PARA O DESLOCAMENTO

munitário. Assumem especial relevância ações resultantes da cooperação entre organizações religiosas e da sociedade civil, governos e agências internacionais, tais como:

- Mapear territórios particularmente afetados pela CCD e identificar populações em risco, tirando partido das ferramentas disponíveis como o 'Índice de Risco Inform'⁴⁰.
- Proceder à caracterização social e dos recursos da comunidade anfitriã e da população deslocada.
- Ajudar a identificar e preparar os locais de instalação ou alojamento, na previsão do deslocamento de comunidades particularmente vulneráveis a catástrofes. Introduzir exercícios de realojamento planejados e voluntários, bem como a consulta e envolvimento mais alargados de todas as categorias de pessoas, a fim de garantir que todos – nomeadamente as pessoas com deficiência e os idosos – sejam incluídos nas decisões que afetam as suas vidas.
- Identificar as organizações envolvidas na CCD e os serviços que oferecem em termos de informação e capacitação, com vista ao deslocamento.
- Preconizar processos agilizados de financiamento climático, dando prioridade às comunidades mais desfavorecidas e capacitando as comunidades locais para permitir o acesso aos fundos com a maior rapidez possível, com medidas de transparência e responsabilização apropriadas.
- Apoiar as autoridades locais na divulgação eficaz de informação relevante e confiável sobre o deslocamento – incluindo programas de salvaguarda – junto de todas as populações em risco.
- Defender o desenvolvimento de programas que fomentem os mecanismos de resiliência e capacidades de sobrevivência das pessoas, preparando-as para o deslocamento e adaptação à nova localização.

40 INFORM é uma colaboração entre o Grupo de Referência do Comité Permanente Interagências sobre Risco, Alerta Precoce e Preparação e a Comissão Europeia. Cf. <https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index>.

4. PREPARAR AS PESSOAS PARA O DESLOCAMENTO

- Estabelecer redes de solidariedade entre comunidades de origem e de destino, promovendo uma ligação colaborativa em todas as etapas do deslocamento e garantindo apoio pastoral adequado às comunidades recém-chegadas.

Portanto, a Igreja de origem é aconselhada a manter contatos com os seus membros que, por qualquer motivo, se transferem para outros territórios, enquanto a Igreja de acolhimento deve assumir as suas responsabilidades por aqueles que agora se tornaram seus membros. Ambas as Igrejas locais são chamadas a assumir as próprias responsabilidades pastorais específicas, no espírito de uma comunhão real que se expresse concretamente⁴¹.

- Criar programas de capacitação visando preparar as pessoas para a integração de longo prazo em novas comunidades, quando a opção de retorno é praticamente inviável.

41 ACR, 93.

5. FOMENTAR A INCLUSÃO E A INTEGRAÇÃO

De tudo o que tem vida, de todos os animais, levarás para a arca dois de cada espécie, para os conservares vivos junto de ti: um macho e uma fêmea (Gênesis 6,19).

Uma casa comum que acolha e sustente "tudo o que tem vida" é o dom único da criação abundante de Deus⁴². Colaborar na criação e num mundo que continue a acolher a vida em todas as suas belas expressões e formas, sem exclusão, é tornar-se cocriador, continuar a missão divina de vida em abundância para todos os seres humanos e "tudo o que tem vida".

DESAFIO

Fluxos migratórios não controlados e de grandes dimensões podem sobrecarregar as sociedades que os recebem e gerar tensão e conflito. As sociedades locais, frequentemente impreparadas e sem as competências e recursos requeridos, necessitam de apoio concreto, encorajamento e educação que lhes permitam enfrentar os desafios colocados pela migração. Mais, se o leque de respostas nas comunidades anfitriãs – incluindo, indiferença, receio, intolerância e xenofobia – não for devidamente considerado, poderá comprometer os esforços de acolhimento, proteção, promoção e integração das PDCC.

⁴² Cf LS, 1.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a envolver a sociedade e a preparar e encorajar as pessoas a terem uma atitude acolhedora e solidária para com as PDCC, proporcionando a estes migrantes abrigo e condições de sobrevivência, protegendo os seus direitos e dignidade, promovendo o seu desenvolvimento humano integral e facilitando os processos de integração social, laboral e cultural.

Isso pode ser feito através de ações como as seguintes:

- Colaborar com os governos na promoção e realização de campanhas de sensibilização; organização de alojamento seguro; acesso a serviços sociais, incluindo assistência médica; apoio jurídico e programas de capacitação.

No entanto, não basta abrir as portas aos migrantes com autorização de entrada; é necessário também facilitar a sua real integração na sociedade que os acolhe. A solidariedade deve tornar-se uma experiência quotidiana de assistência, compartilhamento e participação⁴³.

- Desenvolver campanhas de sensibilização sobre CCD que incluam e envolvam a comunidade anfitriã, a todos os níveis, a fim de criar um ambiente favorável ao acolhimento das PDCC, através, por exemplo, da publicação de livros infantis sobre CCD e da utilização das redes sociais.
- Organizar estruturas e programas de alojamento seguros para PDCC, prestando especial atenção aos menores não acompanhados e à inclusão de pessoas vulneráveis nas comunidades locais.
- Desenvolver programas de melhoria de qualificações e prestar assistência na procura de emprego, de modo a favorecer a integra-

⁴³ João Paulo II, *Discurso aos Participantes no Terceiro Congresso Mundial da Pastoral para Migrantes e Refugiados*, Cidade do Vaticano 1991, 3.

ção das PDCC e outras pessoas em condições de vulnerabilidade similares nas comunidades locais.

- Investir em projetos geradores de emprego, com especial destaque para a agricultura (ex. agricultura em pequena escala e comunitária) e promover o empreendedorismo inovador, de forma a aumentar as possibilidades de emprego das PDCC.

Primazia do desenvolvimento agrícola [...] significa apoiar uma resiliência eficaz, reforçando de modo específico as capacidades das populações de fazer face às crises — naturais ou provocadas pela ação humana — prestando atenção às diversas exigências⁴⁴.

- Habilitar as PDCC a desempenharem eficazmente funções sociais básicas através de programas de capacitação, como o ensino de línguas, educação cultural e cursos sobre cidadania ativa e criar espaços de escuta mútua e partilha cultural, envolvendo tanto quanto possível os recursos disponíveis a nível local (pessoas/grupos) na realização desses programas.
- Preparar as comunidades anfitriãs, mediante atividades de capacitação que sensibilizem e facilitem processos de integração harmoniosos, visando incentivar a inclusão das PDCC e dos vulneráveis entre as populações locais.

Insisto mais uma vez na necessidade de favorecer em todos os sentidos a cultura do encontro, multiplicando as oportunidades de intercâmbio cultural, documentando e difundindo as boas práticas de integração e desenvolvendo programas tendentes a preparar as comunidades locais para os processos de integração⁴⁵.

⁴⁴ Francisco, *Discurso aos Participantes na 39ª Sessão da F.A.O.*, Cidade do Vaticano 2015.

⁴⁵ Francisco, *Mensagem para o 104º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado*, Cidade do Vaticano 2017.

6. EXERCER UMA INFLUÊNCIA POSITIVA NAS DECISÕES POLÍTICAS

A sabedoria vale mais que a força, mas a sabedoria do pobre é desprezada e não são ouvidas as suas palavras (Eclesiastes 9,16).

A sabedoria é, acima de tudo, um dom do Espírito Santo, um dom que não é concedido apenas aos inteligentes e cultos, mas também aos marginalizados e “descartados”. O acesso ao poder, a abundância de recursos, a energia e mesmo as grandes aptidões podem tornar-se inúteis se não forem orientadas pela sabedoria. Qualquer plano, política ou estratégia que não reconheça a sabedoria dos “pobres”, ignora a sabedoria do Espírito que neles habita e estará muito provavelmente votado ao fracasso.

DESAFIO

As políticas e programas referentes à CCD são frequentemente inadequados, imediatistas e influenciados por questões económicas. Em muitos casos, a intervenção humana pode prejudicar o ambiente, tal como a desregulamentação baseada em princípios do mercado livre. As pessoas em risco, incluindo as PDCC, raramente são incluídas nas consultas e, assim, os interesses de alguns prevalecem geralmente sobre a salvaguarda do bem comum.

Muitos daqueles que detêm mais recursos e poder económico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas, procurando apenas reduzir alguns impac-

tos negativos de mudanças climáticas. Mas muitos sintomas indicam que tais efeitos poderão ser cada vez piores, se continuarmos com os modelos atuais de produção e consumo⁴⁶.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a garantir que as opiniões dos vulneráveis, como as PDCC, sejam ouvidas e tidas em conta. É importante a existência de um diálogo frutífero com os governos e decisores que inspire uma política adequada em relação à CCD e que esteja em consonância com a Doutrina Social da Igreja.

Tornou-se urgente e imperioso o desenvolvimento de políticas capazes de fazer com que, nos próximos anos, a emissão de dióxido de carbono e outros gases altamente poluentes se reduza drasticamente, por exemplo, substituindo os combustíveis fósseis e desenvolvendo fontes de energia renovável. No mundo, é exíguo o nível de acesso a energias limpas e renováveis. Mas ainda é necessário desenvolver adequadas tecnologias de acumulação⁴⁷.

Este objetivo pode ser alcançado mediante ações apropriadas de *advocacy* como, por exemplo:

- Envolver-se numa 'conversão ecológica' real, com um forte compromisso e intervenção no cuidado da casa comum e dos mais vulneráveis, com base, entre outros, nos aspetos da Agenda de Ação de Addis Abeba, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris, que sejam relevantes e se coadunem com Doutrina Social da Igreja.

⁴⁶ LS, 26.

⁴⁷ LS, 26.

6. EJERCER UNA INFLUENCIA POSITIVA EN LA FORMULACIÓN DE POLÍTICAS

[Os jovens] recordam-nos a urgência duma conversão ecológica, que “deve ser entendida de maneira integral, como uma transformação das relações que mantemos com as nossas irmãs e irmãos, com os outros seres vivos, com a criação na sua riquíssima variedade, com o Criador que é origem de toda a vida”⁴⁸.

- Assegurar que todas as pessoas, quer locais quer recém-chegadas como as PDCC, tenham acesso equitativo e contínuo a serviços públicos básicos⁴⁹ e recebam documentação adequada. Têm de ter capacidade de participar na formulação de políticas que as afetam.

É preciso abandonar a ideia de “intervenções” sobre o meio ambiente, para dar lugar a políticas pensadas e debatidas por todas as partes interessadas. A participação requer que todos sejam adequadamente informados sobre os vários aspetos e os diferentes riscos e possibilidades, e não se reduza à decisão inicial sobre um projeto, mas implique também ações de controlo ou monitoramento constante⁵⁰.

- Alertar os governos e organizações humanitárias para as denominadas “populações invisíveis” que, tendo vivido múltiplas situações de deslocamento devido a circunstâncias alheias à sua vontade, são particularmente vulneráveis.

Ao mesmo tempo, os governantes devem fazer o máximo possível por que todos possam dispor da base mínima material e espiritual para tornar efetiva a sua dignidade e para formar e manter uma família, que é a célula primária de qualquer desenvolvimento social. A nível material, este mínimo absoluto tem três nomes:

⁴⁸ Francisco, *Discurso aos Membros do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé*, Cidade do Vaticano 2020.

⁴⁹ Cf. Nações Unidas, *Pacto Global para uma Migração Ordenada, Segura e Regular*, 2018, 31.

⁵⁰ LS, 183.

casa, trabalho e terra. E, a nível espiritual, um nome: liberdade de espírito, que inclui a liberdade religiosa, o direito à educação e todos os outros direitos civis⁵¹.

- Defender o reconhecimento e proteção das pessoas deslocadas pelas alterações climáticas, apoiando os seus direitos humanos e prestando assistência humanitária, em conformidade com a legislação internacional.

Existem debates permanentes em ordem a delegar responsabilidades a agências que se ocupam de políticas migratórias para as consequências da migração induzida pelo clima e das pessoas deslocadas internamente por causa de calamidades naturais. Obviamente, elas têm necessidade da proteção da comunidade internacional⁵².

- Partilhar histórias humanas, testemunhos e dados sobre a realidade das alterações climáticas e do seu impacto na existência humana e no mundo natural, a fim de sensibilizar os decisores políticos e facilitar a adoção de políticas eficazes e abrangentes.

Este acolhimento exige a escuta atenta e a partilha mútua das histórias de vida. Ele requer a abertura do coração, a disponibilidade para tornar a própria vida visível aos outros e uma partilha generosa do próprio tempo e recursos⁵³.

- Pressionar os decisores políticos no sentido de adotarem os instrumentos existentes para reforçar a resiliência das PDCC e das comunidades que as acolhem (esta ação pode incluir, por exemplo,

⁵¹ Francisco, *Discurso aos Membros da Assembleia Geral da ONU*, Nova Iorque 2015.

⁵² ACR, Apresentação.

⁵³ ACR, 83.

6. EJERCER UNA INFLUENCIA POSITIVA EN LA FORMULACIÓN DE POLÍTICAS

certos princípios contidos Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes⁵⁴) e idealmente irem mais além.

- Insistir junto dos governos para que adotem as iniciativas, normas e ações já existentes acordadas a nível internacional, que estão em consonância com a Doutrina Social da Igreja e as implementem nos seus quadros normativos nacionais e regionais.

As obrigações ao respeito pelos direitos e deveres que derivam dos instrumentos legais internacionais, com os seus padrões, contribuem para a promoção da dignidade das pessoas itinerantes, de quantos buscam asilo e dos refugiados. Elas devem ser proporcionadas inclusive mediante o devido processo legal, julgamento justo e direitos básicos necessários para eles levarem uma vida livre, digna e confiante e para serem capazes de construir esta nova vida numa outra sociedade⁵⁵.

- Defender o desenvolvimento de políticas e programas que favoreçam a reinserção e realojamento das PDCC, proporcionando-lhes condições de vida dignas, incluindo habitação.
- Promover uma migração segura, regular e ordenada para pessoas em risco.
- Adotar uma abordagem ambiciosa que tenha em linha de conta medidas para evitar que os países em desenvolvimento vivenciem situações de degradação da terra e insegurança alimentar que determinam uma migração em larga escala e o desenvolvimento de megametrópoles.
- Incentivar e colaborar com os governos na criação de sistemas educativos holísticos que permitam a todas as crianças, incluindo

⁵⁴ O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes é uma ferramenta elaborada pelo Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes (UNDRR) visando prevenir novos riscos de catástrofes e reduzir os existentes. Cf. UNDRR, *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030*.

⁵⁵ ACR, Apresentação.

6. EXERCER UMA INFLUÊNCIA POSITIVA NAS DECISÕES POLÍTICAS

as deslocadas pela crise climática, compreender e apreciar plenamente a sua humanidade comum, contribuindo assim para um desenvolvimento nacional pacífico e sustentável.

- Promover a consulta com povos indígenas e populações locais antes do desenvolvimento de projetos que possam ter um impacto ambiental negativo e levem ao deslocamento.

7. ALARGAR O CUIDADO PASTORAL

O estrangeiro que reside convosco será tratado como um dos vossos compatriotas e amá-lo-ás como a ti mesmo, porque fostes estrangeiros na terra do Egito. Eu sou o Senhor, vosso Deus (Levítico 19, 34).

O amor e a misericórdia de Deus são ilimitados. Não se detêm nas fronteiras e não distinguem entre cidadãos e estrangeiros, porque Deus ama toda a família humana e toda a criação. Alargar o cuidado pastoral implica dar um testemunho fiel e permanente desta graça ilimitada.

DESAFIO

Confrontadas com diferenças étnicas, culturais, linguísticas e rituais e com vulnerabilidades concretas, as Igrejas locais têm muitas vezes dificuldade em desenvolver um ministério específico direcionado para o cuidado das PDCC e em incluir os deslocados católicos nas paróquias locais.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a acolher, proteger, promover e integrar as PDCC, privilegiando um cuidado pastoral capaz de responder às diferentes necessidades de católicos e membros de outras religiões e credos.

É importante que a catequese e a pregação incluam, de forma mais direta e clara, o sentido social da existência, a dimensão fraterna da espiritualidade, a con-

vicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos⁵⁶.

Este objetivo pode ser atingido com ações deste tipo:

- Criar ministérios pastorais e envolver agentes pastorais nos locais em que a CCD é provável ou já um facto. Em alternativa, na falta de recursos disponíveis, reforçar os ministérios e capelanias já existentes dedicados aos migrantes.
- Sempre que possível, criar uma comissão para a coordenação do ministério dedicado às PDCC no âmbito da Conferência Episcopal ou a nível diocesano, quando a gravidade das condições o justifique.
- Sempre que os governos disponham de recursos para acudir às PDCC, considerar colaborar e propor projetos conjuntos. O contributo da Igreja consiste em revelar a "face humana" da crise climática aos peritos, a fim de os ajudar a adquirirem uma melhor compreensão da realidade no terreno e a respeitarem a dignidade humana.

Todos temos uma responsabilidade pelo ferido que é o nosso povo e todos os povos da terra. Cuidemos da fragilidade de cada homem, cada mulher, cada criança e cada idoso, com a mesma atitude solidária e solícita, a mesma atitude de proximidade do bom samaritano⁵⁷.

- Desenvolver programas pastorais que integrem assistência humanitária, educação para a reconciliação, proteção efetiva de direitos e dignidade, oração e liturgia e apoio espiritual e psicológico.

A esperança, a coragem, a caridade e a criatividade são necessárias para que as vidas sejam resgatadas. No

⁵⁶ FT. 86.

⁵⁷ FT. 79.

7. ALARGAR O CUIDADO PASTORAL

entanto, a prioridade deve ser dada a um esforço concertado não apenas para oferecer a estas pessoas assistência logística e humanitária, mas, principalmente, apoio moral e espiritual. Os aspetos da espiritualidade e da formação devem ser considerados como uma parte integrante de uma "autêntica cultura do acolhimento"⁵⁸.

- Incluir as PDCC católicas em programas pastorais em paróquias locais, oferecer um apoio espiritual que as respeite e valorize como irmãos e irmãs, com as suas línguas, tradições, costumes e ritos próprios, e familiarizá-las simultaneamente com as tradições, costumes e ritos da comunidade que as acolhe.

O deslocamento forçado de famílias indígenas, camponesas, afrodescendentes e ribeirinhas, expulsas dos seus territórios por pressão e asfixia por falta de oportunidades, exige uma pastoral conjunta na periferia dos centros urbanos. Para isso, será necessário criar equipas missionárias para acompanhá-los, coordenando com as paróquias e outras instituições eclesiais e extraeclesiais as condições de acolhida, oferecendo liturgias inculturadas e nas línguas dos migrantes, promovendo espaços de intercâmbio cultural, favorecendo a integração na comunidade e na cidade e motivando-os neste trabalho a serem protagonistas⁵⁹.

- Capacitar e incluir efetivamente as PDCC católicas na implementação de programas pastorais que respondam às suas necessidades.

Será também importante desenvolver uma ação que leve ao conhecimento recíproco, servindo-se de todas as ocasiões oferecidas pelo cuidado pastoral ordinário para envolver também os imigrantes na vida das Paróquias⁶⁰.

⁵⁸ ACR, 85.

⁵⁹ Assembleia Especial do Sinodo dos Bispos para a Região Pan-amazônica, *Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral*, Cidade do Vaticano 2019, 29.

⁶⁰ EMCC, 50.

- Promover iniciativas ecuménicas e inter-religiosas que vão ao encontro das necessidades materiais e espirituais de todas as PDCC.

A ação e a cooperação conjuntas com as diferentes Igrejas e comunidades eclesiais, assim como os esforços comuns envidados com quantos professam outras religiões, poderiam dar origem ao lançamento de apelos cada vez mais urgentes em benefício dos refugiados e de outras pessoas deslocadas à força⁶¹.

- Envolver os jovens no trabalho pastoral com as PDCC através do desenvolvimento de materiais criativos, incluindo a nível da catequese.

[Os jovens] têm muito para oferecer com o seu entusiasmo, o seu empenhamento e sede de verdade, pela qual nos recordam constantemente o facto de que a esperança não é uma utopia, e a paz é um bem sempre possível. Vimo-lo no modo como muitos jovens se estão empenhando por sensibilizar os líderes políticos para a questão das alterações climáticas⁶².

⁶¹ ACR, 110.

⁶² Francisco, *Discurso aos Membros do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé*, Cidade do Vaticano 2020.

8. COOPERAR NUM PLANEAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICOS

Há um só corpo e um só espírito, como existe uma só esperança no chamamento que recebestes (Efésios 4,4).

Sem deixar de reconhecer o valor da pluralidade de ideias e planos de ação, é essencial buscar o bem comum em conjunto: uma família humana criada por Deus como um corpo. A família eclesial nunca deve esquecer que é o Espírito Santo "que suscita uma abundante e diversificada riqueza de dons e, ao mesmo tempo, constrói uma unidade que nunca é uniformidade, mas multiforme harmonia que atrai"⁶³.

DESAFIO

A CCD coloca novos e complexos desafios, cuja resposta compete a todos os diferentes atores religiosos, sociais e políticos, uma vez que as ações unilaterais e descoordenadas irão provavelmente comprometer a rapidez e eficácia das respostas.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a promover a cooperação entre todos os atores católicos no planeamento e ação estratégicos respeitantes à CCD; a associar-se a outros grupos religiosos e organizações da so-

63 EG, 117.

8. COOPERAR NUM PLANEAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICOS

cidade civil que partilham a mesma visão e missão; e a colaborar com múltiplos *stakeholders* para promover uma abordagem integrada e centrada na pessoa humana ao deslocamento de origem climática. Para tal, poderão ser implementadas ações como as seguintes:

Para enfrentar os problemas de fundo, que não se podem resolver com ações de países isolados, torna-se indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável⁶⁴.

- Criar redes ativas entre todos os atores católicos envolvidos na CCD, coordenadas pelas Conferências Episcopais a nível nacional e regional, com vista à partilha de experiências positivas, ensinamentos, ferramentas e informação.

Para uma maior coordenação de todas as atividades pastorais em favor dos imigrantes, as Conferências Episcopais a confiarão a uma específica Comissão, com nomeação de um Diretor Nacional, que animará as correspondentes Comissões diocesanas⁶⁵.

- Promover uma cooperação efetiva no planeamento e ação estratégicos com outras organizações religiosas e da sociedade civil, a nível nacional e regional, de modo a evitar a duplicação e desperdício de recursos.

Nesta obra de caridade, a colaboração entre as igrejas cristãs e as várias religiões não cristãs condu-

⁶⁴ LS, 164.

⁶⁵ EMCC, 70.

8. COOPERAR NUM PLANEAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICOS

zirá a novas etapas na busca e na realização de uma unidade mais profunda da família humana⁶⁶.

- Favorecer o diálogo colaborativo entre organizações religiosas, organizações da sociedade civil, representantes governamentais e agências internacionais, a fim de promover a cooperação nacional e regional e a elaboração de planos de contingência conjuntos, antes, durante ou após catástrofes provocadas por crises climáticas.

Esta cooperação mostrou como podemos “alcançar resultados importantes, que permitam simultaneamente salvaguardar a criação, promover o desenvolvimento humano integral e cuidar do bem comum, num espírito de solidariedade responsável e com profundas repercussões positivas para as gerações presentes e futuras”⁶⁷.

- Investir na partilha de conhecimento, visibilidade e replicação das melhores práticas e comunicação, com vista a propor mentalidades e modelos de ação inovadores.
- Fomentar a *advocacy* colaborativa com outras organizações religiosas e da sociedade civil.

O fenómeno do aquecimento global [...] requer uma resposta coletiva, capaz de fazer prevalecer o bem comum sobre os interesses particulares. [...] Por isso, os líderes políticos esforcem-se por restabelecer, urgentemente, uma cultura do diálogo em prol do bem comum e por fortalecer as instituições democráticas e promover o respeito pelo estado de direito, a fim de prevenir deslizes antidemocráticos, populistas e extremistas⁶⁸.

⁶⁶ RDS, 34.

⁶⁷ Francisco, *Mensagem aos Participantes na XXXI Reunião das Partes do Protocolo de Montreal*, Cidade do Vaticano 2019.

⁶⁸ Francisco, *Discurso aos Membros do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé*, Cidade do Vaticano 2020.

8. COOPERAR NUM PLANEAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICOS

- Fomentar o envolvimento ativo da comunidade internacional através do apoio técnico e auxílio financeiro às nações mais desfavorecidas em que se verifica um deslocamento de origem climática.

***Para os países pobres, as prioridades devem ser a erradicação da miséria e o desenvolvimento social dos seus habitantes. [...] Sem dúvida, devem também desenvolver formas menos poluentes de produção de energia, mas para isso precisam de contar com a ajuda dos países que cresceram muito à custa da atual poluição do planeta*⁶⁹.**

- Promover, em colaboração com todos os *stakeholders*, o desenvolvimento de um sistema de alerta precoce, a fim de monitorizar em tempo real o deslocamento de pessoas e ativar respostas a nível nacional ou regional.

69 LS, 172.

9. PROMOVER A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ECOLOGIA INTEGRAL

*Para o aperfeiçoamento dos santos, para a obra
do ministério para a edificação do Corpo de Cristo
(Efésios 4,12).*

Os talentos e dons que recebemos de Deus não podem ser escondidos ou esbanjados por medo, preguiça, indiferença ou ganância. Devem ser intensificados e aperfeiçoados, de modo a podermos continuar o ministério que nos foi confiado: construirmos em conjunto o corpo uno e maravilhosamente diversificado de Cristo, sermos irmãos e irmãs na casa comum criada por Deus.

DESAFIO

O âmbito e complexidade da resposta aos desafios colocados pela CCD exigem conhecimentos e competências profissionais na matéria. Os coordenadores e agentes pastorais não podem simplesmente improvisar, sob pena de causar o fracasso das iniciativas.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a organizar e a oferecer formação profissional em ecologia integral a agentes pastorais e outros intervenientes que partilham a mesma visão e missão. Este tipo de formação deve ser abrangente e adaptado às diversas necessidades de uma população alargada, das pessoas deslocadas aos Bispos e pode incluir ações como as seguintes:

- Organizar e oferecer educação formal e informal sobre CCD e ecologia integral, tendo sempre presentes as implicações da dignidade e ecologia humanas e contendo uma clara perspectiva teológica.

O direito à educação – mesmo para as meninas (excluídas em alguns lugares) – é assegurado antes de mais nada respeitando e reforçando o direito primário das famílias a educar e o direito das Igrejas e das agregações sociais a apoiar e colaborar com as famílias na educação das suas filhas e dos seus filhos. A educação, assim entendida, é a base para a realização da Agenda 2030 e para a recuperação do ambiente⁷⁰.

- Elaborar materiais didáticos (livros, filmes, etc.) para jovens e crianças que incluam temas relacionados com a CCD.

Tal oportunidade explicita-se num compromisso exigente, mas altamente produtivo: repensar e atualizar a intencionalidade e a disposição orgânica das disciplinas e dos ensinamentos dados nos estudos eclesiais segundo esta lógica e intencionalidade específicas. De facto, hoje, “torna-se necessária uma evangelização que ilumine os novos modos de se relacionar com Deus, com os outros e com o ambiente, e que suscite os valores fundamentais. É necessário chegar aonde são concebidas as novas histórias e paradigmas” (EG, 74)⁷¹.

- Incluir elementos de ecologia integral e conversão ecológica em todos os cursos ministrados no âmbito da Doutrina Social da Igreja: em seminários, programas de formação de leigos, cursos de formação de catequistas, religião e aulas de ética cristã.

⁷⁰ Francisco *Discurso aos Membros da Assembleia Geral da ONU*, Nova Iorque 2015.

⁷¹ VG, 4.

Esta tarefa enorme e inadiável requer, a nível cultural da formação académica e da investigação científica, o compromisso generoso e convergente em prol duma mudança radical de paradigma, antes – seja-me permitido dizê-lo – para “uma corajosa revolução cultural” (LS, 114)⁷².

- Melhorar a capacidade por parte da Igreja de coligir e monitorizar dados relevantes sobre CCD a nível nacional e regional.
- Atualizar regularmente, avaliações sobre a CCD e futuros cenários, partilhando-as entre os parceiros, por forma a contribuir para um planeamento e ação estratégicos adaptados.
- Fomentar o conhecimento sobre acordos importantes como a Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), a Convenção das NU de Combate à Desertificação, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-30, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e as Diretrizes Voluntárias da FAO sobre o Ordenamento Responsável e o Direito à Alimentação Adequada.

10. FOMENTAR A INVESTIGAÇÃO ACADÊMICA SOBRE CCD

O coração do sensato adquire a sabedoria, o ouvido do sábio procura a ciência (Provérbios 18,15).

Uma pessoa sábia e verdadeiramente sensata adquire conhecimento através de um trabalho laborioso e paciente de investigação de certos temas, como o deslocamento, que representam desafios cruciais com os quais todos os cristãos atuais são chamados a comprometer-se. A busca de conhecimento não visa apenas um enriquecimento intelectual, mas antes uma compreensão adequada da realidade que permita uma atuação inteligente e de acordo com a vontade amorosa de Deus para todos os seres humanos.

DESAFIO

Várias instituições acadêmicas católicas desenvolveram já investigação científica sobre CCD, mas são raros os estudos que relacionam esta questão e futuros cenários.

Os estudos eclesiais não se podem limitar a transferir conhecimentos, competências, experiências para os homens e mulheres do nosso tempo, desejosos de crescer na sua consciência cristã, mas devem abraçar a tarefa urgente de elaborar instrumentos intelectuais capazes de se proporem como paradigmas de ação e pensamento, úteis para o anúncio num mundo marcado pelo pluralismo ético-religioso⁷³.

73 VG, 5.

RESPOSTA

A Igreja Católica é chamada a fomentar a investigação científica sobre CCD e a convidar as instituições académicas e intelectuais católicas a envolverem-se proativamente neste campo de estudo. Para o efeito, podem adotar-se ações como as seguintes:

- Apoiar o desenvolvimento de programas académicos sobre CCD baseados na colaboração entre instituições académicas e intelectuais católicas.

Evidentemente, este ministério exige a formação adequada de todos aqueles que tencionam ou que receberam o mandato de a pôr em prática. Por conseguinte, é necessário que, desde o princípio, nos seminários “a formação espiritual, teológica, jurídica e pastoral [...] vise os problemas levantados no campo pastoral da mobilidade humana”⁷⁴.

- Criar observatórios mundiais e/ou regionais para monitorização permanente, recolha e codificação de dados e análises atualizadas sobre CCD.
- Promover uma investigação colaborativa relacionada com a CCD, em temas como a dimensão humana desta crise, desenvolvimento agrícola e rural, desenvolvimento urbano, mitigação da pobreza, vulnerabilidade específica das mulheres e crianças, nutrição e segurança alimentar, mecanismos de proteção social para as pessoas deslocadas ou resiliência e adaptação.

[Existe uma] necessidade urgente de “criar rede” entre as várias instituições que, em todas as partes do mundo, cultivam e promovem os estudos eclesiais, ativando decididamente as oportunas sinergias também com as instituições académicas dos diferentes

países e com as que se inspiram nas várias tradições culturais e religiosas⁷⁵.

- Documentar as melhores práticas de resiliência climática, assistência durante o deslocamento e inclusão social, bem como elaborar recomendações para a avaliação de riscos, estratégias de adaptação climática e planos de contingência.

[...] dando vida simultaneamente a centros especializados de investigação com a finalidade de estudar os problemas de grandeza epocal que hoje investem a humanidade, chegando a propor pistas oportunas e realistas de resolução⁷⁶.

- Promover uma compreensão acadêmica mais lata, que inclua a perspectiva espiritual e seja compatível com a Doutrina Social da Igreja.

Isto requer não só uma profunda consciência teológica, mas também a capacidade de conceber, desenhar e realizar sistemas de representação da religião cristã capazes de penetrar profundamente em sistemas culturais diferentes. Tudo isto invoca uma elevação da qualidade da investigação científica e um progressivo avanço do nível dos estudos teológicos e ciências correlacionadas⁷⁷.

75 VG, 4.

76 VG, 4.

77 VG, 5.

CONCLUSÃO

Esperamos sinceramente que este guia suscite nos seus leitores o desejo de aprofundarem os seus conhecimentos sobre a crise climática, as suas causas, evolução e consequências e as probabilidades de atenuar e controlar adequadamente os seus efeitos, especialmente na perspetiva da CCD.

Podemos descurar o fenómeno crescente dos chamados «prófugos ambientais», ou seja, pessoas que, por causa da degradação do ambiente onde vivem, se veem obrigadas a abandoná-lo – deixando lá muitas vezes também os seus bens – tendo de enfrentar os perigos e as incógnitas de uma deslocação forçada?»⁷⁸

A resposta é simples: "Não, não podemos!" E, assim sendo, este guia é eminentemente pastoral, como as primeiras palavras do seu título indicam, e eminentemente prático, como especificado nos títulos dos dez capítulos que o compõem.

"Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos"⁷⁹ entre os quais se contam, neste caso, os sofrimentos dos que são obrigados a fugir devido à crise climática.

Grata pela consciencialização que, pela graça de Deus, se vai difundindo entre os habitantes do planeta, a Igreja continuará a chamar a atenção para o drama dos deslocados pela crise climática e a procurar suscitar uma maior sensibilização para o seu sofrimento, encorajando-nos a intervir proativamente.

⁷⁸ Bento XVI, *Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz*, Cidade do Vaticano 2009.

⁷⁹ LS, 13.

As OPPDCC incentivam-nos a "começar por baixo e, caso a caso, lutar pelo mais concreto e local, até ao último ângulo da pátria e do mundo"⁸⁰, a acolher, proteger, promover e integrar todos os espoliados, feridos e abandonados pela crise climática – muito semelhantes ao pobre homem pelo qual o Bom Samaritano demonstrou tanto cuidado e preocupação.

80 FT, 78.

COMO USAR ESTE DOCUMENTO

A Secção M&R espera que as Igrejas locais e as organizações católicas considerem as OPPDCC úteis para abordar a questão das PDCC e as necessidades concretas desses irmãos e irmãs. Ao avaliar programas ou no seu planeamento, ao sensibilizar ou ao fazer *advocacy*, recorra por favor às ações detalhadas nas OPPDCC que pareçam especialmente relevantes na sua área geográfica e acrescente outras baseadas na Doutrina Social da Igreja. Mais especificamente, a Secção M&R sugere o seguinte:

1. Usar as OPPDCC em campanhas de informação e consciencialização e para orientar os esforços locais para acolher, proteger, promover e integrar as PDCC.
2. Compartilhar este guia com ONG católicas e grupos da sociedade civil no seu país - especialmente os preocupados com as PDCC e outras pessoas vulneráveis no campo da mobilidade humana - convidando-os a participar em ações comuns e *advocacy*.
3. Identificar as autoridades governamentais responsáveis pelas PDCC, e dialogar com elas com base nestas OPPDCC.

A Secção M&R deseja recolher as experiências das PDCC e daqueles que as acompanham. A intenção é dar visibilidade particular a experiências positivas, iniciativas frutíferas e boas práticas. A Secção M&R também está interessada em receber *feedback* sobre o modo como as OPPDCC são adotadas em termos pastorais, ecuménicos e inter-religiosos e pela sociedade civil e as reações que suscitam a nível académico, empresarial e governamental. Envie essas notícias para info@migrants-refugees.va

Para aceder aos ficheiros deste guia ou aos seus documentos, ou para atualizações e reflexões, visite o site da Secção M&R: migrants-refugees.va

Em nome de todas as PDCC e daqueles que as acompanham de maneira generosa e desinteressada, que Deus abençoe todo o esforço de reconciliação e toda a obra de misericórdia para "reunir os israelitas exilados, para juntar os dispersos de Judá dos quatro cantos da terra" (Isaías 11, 12).



MIGRANTS REFUGEES

MIGRANTS & REFUGEES SECTION
INTEGRAL HUMAN DEVELOPMENT
PALAZZO SAN CALISTO
00120 VATICAN CITY

